

Alteração do local da atual prestação de serviços qual seja Rua JOÃO LANHOSO, ALTURA DO NUMERO 294, HELIOPOLIS (EMPREENDIMENTO HELIOPOLIS/SABESP1) para os locais descritos abaixo:

a) Empreendimento localizado na Av Guido Caloi, 904 e Av Luiz Gushiken, 122.

b) Empreendimento MANUEL BUENO II – 300 Unidades Habitacionais – Av. Marechal Tito, 5.720 - Jd São Luís.

c) Empreendimento PHOBUS A – 300 Unidades Habitacionais – Rua Forte do Rio Branco, 190 e 210 - Pq São Lourenço.

d) Empreendimento PHOBUS B – 300 Unidades Habitacionais – Rua Forte do Rio Branco, 190 e 210 - Pq São Lourenço

e) Empreendimento FORTE DA RIBEIRA A – 300 Unidades Habitacionais – Rua Forte da Ribeira, 200 e 230 - Pq São Lourenço.

f) Empreendimento FORTE DA RIBEIRA B – 300 Unidades Habitacionais – Rua Forte da Ribeira, 200 e 230- Pq São Lourenço.

g) Empreendimento TUPÃ / SABAO 2 – 228 Unidades Habitacionais – Rua Raulino Galdino da Silva, 72.

h) Empreendimento Osório A – 300 Unidades Habitacionais – Rua Osório Franco Vilhena, 959, 1059 e 1099

5. O respectivo aditamento deverá manter a mesma quantidade de postos diurnos e noturno, bem como o mesmo valor contratual, mantendo as mesmas condições contratuais, devendo ainda contemplar a inclusão de clausula resolutiva conforme abaixo:

"A SEHAB poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, a qualquer tempo e sem qualquer ônus, desde que notifique a Contratada por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias da data da rescisão."

ALBERTO NAOYOSHI OHNUKI JUNIOR  
CHEFE DE GABINETE

## COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF-G

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: EDMÉ BERTINELLI, S/A VILA CURUÇÁ DE SÃO MIGUEL, WILSON MOREIRA DOS SANTOS, JALICO EMPREENDIMENTOS LTDA, JACQUELINE MITHIDIERI DA SILVA REGO, GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, WEMERSON PEDRO ARAUJO DA SILVA, DONIZETE JOSÉ DA SILVA, AGUSTIN TENORIO RODRIGUES, JUAN BERNARDO FRIEDMANN, JOSELITO PATRICIO DA SILVA,

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coordenadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Provimento nº 56 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área pública municipal conhecida como VILA CURUÇÁ G, tratada no processo administrativo P.A 2016-0.261.261-1, com origem na Matrícula nº 187.800 do 12º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, com localização atual na Rua José Leão dos Santos, e, que confronta com imóvel de propriedade de EDMÉ BERTINELLI, titular do imóvel na Transcrição 100.586 do 12º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; S/A VILA CURUÇÁ DE SÃO MIGUEL, titular do imóvel na Transcrição 4.920 do 12º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; WILSON MOREIRA DOS SANTOS, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0035-4; EMPREENDIMENTOS LTDA, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0036-2, 139.453.0038-9, 139.453.0039-7, 139.453.0042-7, 139.453.0046-1, 139.453.0048-6, 139.453.0049-4; JACQUELINE MITHIDIERI DA SILVA REGO, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0050-8; GERALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0041-9; WEMERSON PEDRO ARAUJO DA SILVA, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0043-5; DONIZETE JOSÉ DA SILVA, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0044-3 e 139.453.0045-1; AGUSTIN TENORIO RODRIGUES, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0047-8; JUAN BERNARDO FRIEDMANN, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0051-6; JOSELITO PATRICIO DA SILVA, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0052-4; VANDERLINO FRANCISCO DE ANDRADE, com endereço na Rua Aldo Gianini, s/n, Vila Nova Curuçá, responsável pelo SQL 139.453.0037-0. Ficam, portanto, NOTIFICADOS os confrontantes a apresentar suas razões de discordância à regularização fundiária mencionada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital. A impugnação ao procedimento de regularização fundiária deverá ser fundamentada e dirigida à COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, por meio do seguinte endereço eletrônico [nota@prefeitura.sp.gov.br](mailto:nota@prefeitura.sp.gov.br). A concordância será presumida no caso da não apresentação da impugnação no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 01 de março de dois mil e vinte e um.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: SUSUMU ASHIMINE e MITSKO ASHIMINE, JOSÉ ANTONIO PUOLI FILHO, CASSIA AMBROSIO PUOLI e MARIA CRISTINA AMBROSIO PUOLI, CARLOS EDUARDO DE CAMPOS, CARLOS DE CAMPOS FILHO e MARIA ALICE DE CAMPOS, SPENCER POMPEO DO AMARAL THOMÉ, ALEIR AMBROZIO THOMÉ, CÉLIO MESQUITA DE SOUZA e SILVA, JOSÉ CAPRICCIO e JOÃO CAPRICHO.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coordenadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Provimento nº 51 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área pública municipal conhecida como CORISCO/BAIRRO DO CORISCO, tratada no processo administrativo nº 1982-0.001.492-4 com origem nas Transcrições nº 91.311 e 4.432 e Matrículas 137.580, 59.124, 70.610 e 132.004 todas do 15º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, com localização atual na Rua Kotinda, São Paulo/SP, e que confronta com imóvel de propriedade de SUSUMU ASHIMINE e MITSKO ASHIMINE, titulares de domínio do imóvel das Matrículas 132.004 e 132.005 do 15º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; JOSÉ ANTONIO PUOLI FILHO, CASSIA AMBROSIO PUOLI e MARIA CRISTINA AMBROSIO PUOLI, CARLOS EDUARDO DE CAMPOS, CARLOS DE CAMPOS FILHO e MARIA ALICE DE CAMPOS, SPENCER POMPEO DO AMARAL THOMÉ, ALEIR AMBROZIO THOMÉ, titulares de domínio do imóvel da Matrícula 137.580 do 15º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; CÉLIO MESQUITA DE SOUZA e SILVA, titular de domínio do imóvel da Matrícula 59.124 do 15º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; JOSÉ CAPRICCIO e JOÃO CAPRICHO, titular de domínio do imóvel da Transcrição 4.432 do 15º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP. Ficam, portanto, NOTIFICADOS os confrontantes a apresentar suas razões de discordância à regularização fun-

diária mencionada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil que seguir à data da publicação deste Edital. A impugnação ao procedimento de regularização fundiária deverá ser fundamentada e dirigida à COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, por meio do seguinte endereço eletrônico [notificacaoreg@prefeitura.sp.gov.br](mailto:notificacaoreg@prefeitura.sp.gov.br). A concordância será presumida no caso da não apresentação da impugnação no prazo assinalado. E, para que chegue ao conhecimento e não venham os notificados, no futuro, alegar ignorância, expede-se o presente Edital, que será publicado, na forma da Lei, no Diário Oficial do Município. São Paulo, 01 de março de dois mil e vinte e um.

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

**PROCESSO Nº 6210.2019/0004309-0**  
**DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE I** - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia constante dos autos, que adoto como fundamento desta decisão, e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **CONHEÇO** da DEFESA PRÉVIA interposta por BELLAÇON CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP, por tempestiva, e no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, aplicando-lhe se seguintes multas, recalculadas nos termos dos valores contratuais previstos no Termo Aditivo 364/2020: R\$ 420.991,67 (que corresponde a 15% sobre o valor do contrato), aplicada com base no subitem 8.1.1 e R\$ 14.033,06 (que corresponde a 0,5% sobre o valor do contrato), aplicada com base no subitem 8.1.3, ambos da Cláusula Oitava do Termo de Contrato 487/2019.  
II - Prazo Recursal: 5 dias úteis  
III - Publique-se.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

**DESPACHO**  
**PROCESSO SEI Nº 6310.2021/0000278-2 – Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM** À vista dos elementos contidos no presente, em especial a manifestação das áreas técnicas desta Autarquia, na qualidade de ordenadora de despesa reconheço a despesa e AUTORIZO, nos termos do inciso XV, do artigo 12, da Lei Municipal 13.271/02, bem como do artigo 37 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, o pagamento a título de DEA pelos serviços referentes ao período de dezembro/2020, conforme processo 6310.2021/0000265-0, no valor de R\$ 12.590,02 (doze mil quinhentos e noventa reais e dois centavos) à Concessionária COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CNPJ 43.776.517/0001-80.

### BENEFÍCIOS

**COMUNICADO - IPREM/DB 040155093**  
**6310.2020/0002450-4 - VALTER APARECIDO DOS SANTOS** - Para dar andamento com providências que lhe compete, ao pedido formulado no processo acima, fica convocado o Sr. **Valter Aparecido dos Santos**, nos termos do art. 56, inciso II, do Decreto nº51.714/2010, a enviar os documentos faltantes a este Instituto, para o endereço: Av. Zaki Narchi, nº 536 – Carandiru-SP – CEP: 02029000 ou por e-mail: [iprembeneficios@prefeitura.sp.gov.br](mailto:iprembeneficios@prefeitura.sp.gov.br), para o que lhe está assinalado o prazo de 05(cinco) dias.

**EXTINÇÃO DE PENSÃO**  
**6310.2020/0003714-2 - DIRCE JARDIM FRANCO DO AMARAL** - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão , a partir de 08/06/2020.  
**6310.2020/0004053-4 - APARECIDA DE LIMA GOMES PADILHA** - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão , a partir de 19/11/2020.

**INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS**  
**6310.2020/0003011-3 - JOAQUIM CIRENO DE OLIVEIRA** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 034148944, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b".

**6310.2020/0003098-9 - MARIA APARECIDA DOS REIS** - À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI nº 035528611, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b".

**ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA – DEFERIDOS**  
**6310.2020/0003968-4 - NELSON ARRUDA** - À vista das informações e laudo médico sob o SEI nº 040218607, **DEFIRO** o pedido constante do SEI nº 037009536.

### DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

#### FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - QUITAÇÃO

SEI 6310.2021/0000680-0– ANA MARIA URBANO GRANA-DO e ADAUTO GRANADO RODRIGUEIRO.  
6310.2021/0000500-5 ROSANA DE OLIVEIRA PINHEIRO e FRANCISCO CARLOS SCATIN.  
6310.2021/0000501-3 RICARDO JOSÉ MARQUES HOENEN  
6310.2021/0000453-0 NELI RAQUEL GARCIA MATTOS e MARCO ANTONIO DOS SANTOS MATTOS.

**Autorizo, de conformidade com a competência delegada pelo Título de Nomeação nº 191, publicado no DOC em 01/10/2019, a quitação do débito hipotecário, por ter o IPREM , recebido do (s) devedor (es)a totalidade dos seus créditos, razão pela qual dá ampla e geral quitação, para nada mais pretender a este título.**

#### CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

6050.2020/0006765-0 - PMSP – LUIZ CARLOS ATHANASIO – RF(s): 512.578.2-01 e 512.578.2-02 - CTC(s) nº(s) 46 e 47/ IPREM/2021 emitida(s) em 19/01/2021;  
6011.2021/0000197-7 - PMSP – FABIO MANZINI CAMARGO – RF(s) nº(s) 511.315.6-01, 511.315.6-02 e 511.315.6-03 - CTC(s) nº(s) 119,120 e 121/IPREM/2021emitida(s) em 03/02/2021;  
6016.2021/0009433-6 - PMSP – RITA DE CASSIA DUARTE – RF(s) nº(s) 590.743.8-01 e 590.743.8-02 - CTC(s) nº(s) 129 e 130/IPREM/2021 emitida(s) em 03/02/2021;  
6016.2020/0109400-1 - PMSP - KATYA CRISTINA DE LIMA PICANCO – RF(s): 639.315.2-01 CTC(s) nº(s) 172/IPREM/2021 emitida(s) em 11/02/2021;

6024.2021/0000990-1 - PMSP - FABIANA MENDONCA MOREIRA SO – RF(s): 649.159.6-01 - CTC(s) nº(s) 228/IPREM/2021 emitida(s) em 24/02/2021;  
6039.2019/0003275-8 - PMSP - DEBORA APARECIDA FOGACA DE CARVALHO – RF(s): 614.690.2-01, 614.690.2-02, 614.690.2-03 e 614.690.2-04 - CTC(s) nº(s) 1566, 1567, 1568 e 1569/IPREM/2020 emitida(s) em 10/09/2020;  
6016.2021/0004114-3 - PMSP - EUNICE DOS SANTOS TRONQUIM – RF(s): 586.242.6-01 e 586.242.6-02 - CTC(s) nº(s) 155 e 156/IPREM/2021 emitida(s) em 11/02/2021 e 6032.2021/0000132-7 - PMSP - MARIO JOSE FRANCISCO – RF(s): 475.495.6-01 e 475.495.6-02 - CTC(s) nº(s) 201 e 202/ IPREM/2021 emitida(s) em 22/02/2021.  
HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

## CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### GABINETE DO CONTROLADOR GERAL

#### PORTARIA Nº 03/2021/CGM-G, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020

**Designa os responsáveis**, na CGM, bem como disciplina suas respectivas atribuições, pelos indicadores componentes do Índice de Integridade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – OD5 da Organização das Nações Unidas.

O Controlador Geral do Município, no uso das atribuições legais previstas no art. 138 da Lei municipal nº 15.764, de 27 de maio de 2013, e conforme o art. 27 da Lei municipal nº 16.974, de 23 de agosto de 2018,

CONSIDERANDO as atribuições da Controladoria Geral do Município de São Paulo, órgão central do sistema de controle interno da gestão pública municipal;

CONSIDERANDO que, em razão de sua missão institucional, a Controladoria Geral do Município – CGM criou e monitora o Índice de Integridade, voltado a mensurar os resultados obtidos pelas Secretarias e Subprefeituras do Município de São Paulo na redução de vulnerabilidades institucionais, fortalecimento de controle preventivos e aprimoramento da transparência pública;

CONSIDERANDO a adoção pela Prefeitura do Município de São Paulo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) prevista na Lei Municipal nº 16.817, de 02 de fevereiro de 2018 e o Decreto Municipal nº 59.020, de 21 de outubro de 2019, que institui a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

CONSIDERANDO a necessidade de definir os responsáveis, na CGM, pelos indicadores referentes a cada um dos elementos mensuráveis estipulados, para a correta aferição do Índice de Integridade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU);

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam designados os agentes públicos municipais abaixo relacionados como responsáveis pelos indicadores que compõem o Índice de Integridade:

I – Programa de Integridade e Boas Práticas: Damaris Di Donatto Ferreira Torquato – RF 837.839-8

II – Transparência Passiva: Luciana Araújo Amorim dos Santos – RF 690.250.2

III – Transparência Ativa: Fabio Roberto Vieira – RF 878.683.6

IV – Número de Reclamações atendidas em até 30 (trinta) dias: Luciana Araújo Amorim dos Santos – RF 690.250.2

V – Recomendações de Auditorias: Paulo Yoshiro Yuuki – RF 836.499.1

VI – Existência de Unidade de Controle Interno: André Takashi Ueda Sakugawa – RF 835.994.6

VII – Proporção de Contratos Emergenciais por Contratos Totais: Marcos Akira Kaneko – RF 854.373.9

VIII – Proporção de Cargos Comissionados Puros por Cargos Totais: Estevão Smach – RF 856.885.5

IX – Proporção de Pregões Eletrônicos por Pregões Totais: Eduardo Santos de Souza – RF 835.981.4

Parágrafo único. Os indicadores acima relacionados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e IX serão considerados também nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme definido no âmbito da Controladoria Geral do Município e aprovada pela câmara temática de fortalecimento institucional da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º Em complemento aos indicadores relacionados no art. 10, parágrafo único, ficam designados os agentes públicos municipais abaixo relacionados como responsáveis pelos seguintes indicadores que compõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU):

I – Percentual de órgãos com ouvidorias próprias ou responsáveis por ações de ouvidoria: Maria Lumena Balaben Sampaio – RF 754.335.2

II – Sistemas eletrônicos de controle e combate à corrupção: Eberson Marques de Freitas – RF 844.117.1

III – Percentual de acessos negados no sistema de informação ao cidadão na fase inicial: Luciana Araújo Amorim dos Santos – RF 690.250.2

IV – Percentual de pedidos respondidos no sistema de informação ao cidadão na fase inicial de atendimento: Luciana Araújo Amorim dos Santos – RF 690.250.2

V – Percentual de recursos registrados no sistema de informação ao cidadão: Luciana Araújo Amorim dos Santos – RF 690.250.2

Art. 3º Os responsáveis previstos nos arts. 1º e 2º desta Portaria terão como atribuições:

I – Atualização dos dados e realização do monitoramento de cada um dos indicadores;

II – Elaboração de relatório analítico dos dados coletados a cada seis meses, prevendo, no mínimo, o cálculo discriminado da nota ou valores e série histórica dos indicadores;

III – Elaboração de proposta de revisão de metodologia dos indicadores, de ofício ou mediante solicitação do Gabinete da CGM;

IV – Elaboração de proposta de plano de ação, de ofício ou mediante solicitação do Gabinete da CGM, em consonância com cronograma a ser divulgado pela Secretaria de Governo Municipal no âmbito da Comissão Municipal ODS, a ser implementado pela CGM e demais órgãos da Administração Pública municipal para atingimento das metas constantes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e eventualmente previstas no Programa de Metas 2021-2024, nos termos do art. 18 do Decreto municipal nº 59.020, de 21 de outubro de 2019.

§1º O relatório analítico previsto no inciso II do caput deste artigo será avaliado pelo respectivo Coordenador da área em que se encontra lotado o responsável e posteriormente encaminhado para ciência do Gabinete da CGM para cálculo final do Índice de Integridade, nos termos do art. 1º desta Portaria, e publicação na plataforma Observa Sampa, conforme procedimentos que vierem a ser definidos no âmbito do Grupo de Trabalho Intersecretaral PCS/ODS coordenado pela Secretaria de Governo Municipal.

§2º A proposta de revisão de metodologia dos indicadores prevista no inciso III do caput deste artigo e a proposta de plano de ação prevista no inciso IV do caput deste artigo serão avaliadas, respectivamente:

I) pelo respectivo Coordenador da área em que se encontra lotado o responsável;

II) posteriormente, pelos integrantes da CGM no Grupo de Trabalho Intersecretaral para PCS/ODS, que poderá realizar consulta ao referido grupo;

§3º Após as avaliações previstas no parágrafo anterior, as propostas serão submetidas à deliberação do Controlador Geral do Município e, no caso de aprovação, encaminhadas para a Secretaria responsável pela coordenação do Programa de Metas e/ou para a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, conforme o caso.

Art. 4º Fica revogada a Portaria CGM nº 169, de 17 de dezembro de 2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO MANOEL SCUDELER DE BARROS  
Controlador Geral do Município

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### GABINETE DO PROCURADOR GERAL

**PORTARIA Nº 11/2021 – PGM.G**  
**Dispõe sobre a prorrogação de prazos que especifica.**  
**A PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,**

**CONSIDERANDO** a delegação de competência prevista no parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 59.326, de 2 de abril de 2020, e no artigo 4º do Decreto nº 59.603 de 14 de julho de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam prorrogados até 15 de março de 2021 os prazos previstos:

I – no artigo 2º, do Decreto º 59.326, de 2 de abril de 2020;

II – no artigo 3º, do Decreto 59.603, de 14 de julho de 2020;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2021.

## CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PORTARIA Nº 08/2021 - PGM.G**  
**MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ**, Procuradora-Geral do Município, no uso de suas atribuições definidas nos arts. 29, IV, e 34, §2º, do Decreto nº 57.263/16,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fixar a data de 30/04/2021, das 09h às 17h para a eleição dos representantes da carreira de Procurador do Município perante o Conselho da Procuradoria-Geral do Município, bem ainda dos membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Verba Honorária - CFAVH, prevista no art. 37, do Decreto nº 57.263/16.

Art. 2º. Designar os Procuradores do Município Dr. Huno Molina Rodrigues dos Santos, Dra. Luciana Cecílio de Barros Vieira dos Santos e Dr. Vinicius Gomes dos Santos, secretariados pela servidora Margareth Barsotti Zillig Raduan, R.F 550.634.4 para, sob a presidência do primeiro nomeado, compor a Comissão do Pleito, à qual incumbirá:

I - Organizar, coordenar, instalar e fiscalizar o processo de escolha de representantes da carreira de Procurador do Município perante o Conselho da Procuradoria-Geral do Município e de membros da CFAVH.

II - Promover a infraestrutura necessária para a realização da votação de forma eletrônica e não presencial.

III - Promover a apuração dos votos.

IV - Designar outros servidores para auxiliar no processo eleitoral.

V - Lavrar ata do processo de apuração, na qual serão registradas as ocorrências respectivas e eventuais impugnações.

VI - Resolver os casos omissos e os incidentes verificados durante o processo eleitoral.

Art. 3º. Estabelecer as seguintes normas gerais, a serem observadas no processo eleitoral:

I - A escolha dos representantes da carreira de Procurador do Município perante o Conselho da Procuradoria-Geral do Município, sendo um para cada referência, dentre os procuradores lotados na Procuradoria Geral do Município, e três, independentemente da referência, dentre os Procuradores lotados nas assessorias jurídicas das Secretarias e demais órgãos da Administração Direta, será feita pelos respectivos pares, por voto direto e secreto.

II - A escolha dos membros da CFAVH, composta por três Procuradores do Município, sendo dois em atividade e um aposentado, será feita pelo voto direto e secreto dos procuradores em atividade e aposentados.

III - O candidato titular e seu suplente deverão solicitar sua inscrição à Comissão do Pleito até **09/04/2021**, mediante requerimento instruído com declaração, subscrita pelo próprio candidato, de que:

a) Integra a referência pela qual concorre e que se encontra lotado na Procuradoria-Geral do Município, no regular exercício de suas atribuições, para candidatura às vagas de procuradores lotados na Procuradoria-Geral do Município;

b) Integra a assessoria jurídica das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Direta e que se encontra no regular exercício de suas atribuições, para candidatura às vagas de representantes das assessorias;

c) Integra os quadros da Procuradoria-Geral do Município, no regular exercício de suas atribuições, para candidatura às vagas de procurador em atividade na CFAVH ou;

d) Passou à inatividade até a data da inscrição, para a candidatura à vaga de Procurador aposentado, na CFAVH.

IV - O requerimento de candidatura deverá ser realizado em processo SEI, direcionado à unidade designada pela Comissão do Pleito, exceto para os candidatos aposentados, que poderão direcioná-lo por e-mail ou outro meio eletrônico hábil, mediante confirmação de recebimento.

V - Não serão admitidas candidaturas simultâneas ao Conselho da Procuradoria-Geral do Município e a CFAVH.

VI - A habilitação da candidatura será aferida na data da inscrição do candidato.

VII - A Comissão do Pleito fará publicar no Diário Oficial da Cidade a relação dos candidatos inscritos, abrindo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para eventuais impugnações, as quais deverão ser formalizadas por petição fundamentada.

VIII - Publicadas as impugnações, passará a fluir o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para contestação e juntada de documentos.

IX - No dia imediatamente posterior ao término do prazo para contestação, a Comissão do Pleito decidirá sobre as impugnações, fazendo publicar as inscrições deferidas.

X - Estarão legitimados a votar:

a) Os Procuradores lotados na Procuradoria-Geral do Município, nos candidatos da sua referência e que exerçam suas atribuições na própria Pasta.

b) Os Procuradores não lotados na Procuradoria-Geral do Município, que integrem as assessorias jurídicas ou ocupem cargos de confiança nas Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Direta, nos candidatos para representação das assessorias jurídicas.

c) Todos os Procuradores em atividade, lot